



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA INVERSÃO DE FASES

Nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública pode optar, motivadamente, pela inversão de fases no procedimento licitatório. Assim, justifica-se a adoção da análise da habilitação antes da análise e julgamento das propostas para a contratação de empresa para a execução da obra para a construção do centro de convivência do idoso - SAM 79, considerando os seguintes fundamentos:

#### *1. Natureza do objeto licitado*

O objeto do certame refere-se à construção de um centro de convivência para a população idosa, por mais que, caracterizada como de natureza comum, é uma obra de edificação que demanda elevado rigor técnico em virtude das especificidades estruturais, arquitetônicas e funcionais necessárias ao adequado atendimento do público-alvo. A execução envolve etapas complexas, tais como fundações, estruturas, alvenaria, instalações elétricas e hidrossanitárias, acessibilidade, sistemas de segurança e acabamento, pavimento, que exigem profissionais qualificados e experiência comprovada em obras públicas de porte semelhante.

A avaliação prévia da habilitação assegura que os licitantes possuam comprovada capacidade técnica, atestados de obras similares e equipe qualificada, garantindo que compreendam as particularidades da obra e estejam aptos a executá-la em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

#### *2. Eficiência, celeridade e prevenção de retrabalho*

A experiência acumulada por diversos municípios, consolidada em manifestações institucionais como a da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), demonstra que iniciar a análise pela etapa de preços costuma gerar recorrentes problemas. Isso porque a licitante, cuja identidade permanece em sigilo até determinado momento, está livre para apresentar proposta, mesmo que posteriormente venha a ser inabilitada por não atender às exigências documentais do edital assim como na Concorrência Eletrônica nº 08/2025 ou, em casos mais graves, por apresentar documentação falsificada, como já verificado no trâmite na Concorrência Eletrônica nº 10/2024 do município. Essa dinâmica resulta em retrabalho, reabertura de prazos recursais e atrasos significativos na conclusão do certame além, dos processos administrativos para apuração de eventual infração praticada.

A habilitação antecipada evita tais distorções, garantindo maior celeridade processual e eficiência administrativa, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

#### *3. Segurança jurídica e combate a empresas de fachada*

A inversão de fases fortalece a segurança jurídica, ao assegurar que apenas empresas com condições técnicas, jurídicas e financeiras comprovadas participem da fase de disputa. Essa medida contribui para coibir a atuação de empresas de fachada ou “laranjas”, que muitas vezes



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

se apresentam com propostas artificialmente baixas, mas sem condições reais de execução, gerando riscos de paralisação, descumprimento contratual e prejuízos à coletividade.

Além disso, é notório o crescente número de licitantes que ingressam em diversos certames com o claro intuito de desestabilizar o processo licitatório. A participação dessas empresas compromete o andamento regular das contratações públicas, ao forçar a redução artificial de preços, o que pode culminar na frustração do certame ou, em situações ainda mais graves, na formalização de contratos prejudiciais ao erário municipal.

### *4. Redução de litígios e maior previsibilidade*

Conforme destacado pela AMP, a habilitação antecipada reduz litígios administrativos e a necessidade de sucessivas substituições de vencedores, aumentando a previsibilidade e a segurança para todos os envolvidos. Isso resulta em processos mais ágeis e na entrega mais rápida de obras e serviços essenciais à população, pois ao verificar de forma antecipada se os licitantes atendem aos requisitos técnicos, jurídicos e econômicos estabelecidos no edital, evita-se o avanço de propostas apresentadas por empresas futuramente inabilitadas, o que frequentemente gera impugnações, recursos e disputas posteriores. Esse filtro inicial reduz a quantidade de controvérsias processuais e assegura maior integridade e efetividade na condução da licitação.

### *5. Ausência de prejuízo à competitividade e à isonomia*

A inversão de fases não compromete a competitividade nem a isonomia entre os participantes, uma vez que os critérios de habilitação são objetivos e previamente estabelecidos no edital. Pelo contrário, assegura que todos os participantes estejam em igualdade de condições desde o início, ao exigir previamente a demonstração da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e da capacidade técnica e financeira. Além disso, a Administração dispõe de planilhas orçamentárias e referências oficiais (SICRO, SINAPI, DER/PR, ANP), garantindo a obtenção de propostas compatíveis com o mercado.

Visto que a exigência de habilitação prévia é regra já conhecida e praticada no âmbito das contratações públicas, a medida não afasta licitantes idôneos, mas apenas restringe o avanço no certame àquelas empresas que efetivamente reúnem condições de contratar com o Poder Público, preservando a igualdade de oportunidades e a qualidade da disputa.

### *6. Base legal e boas práticas administrativas*

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 17, §1º, autoriza expressamente a inversão de fases. Além da previsão legal, a AMP defende formalmente essa prática como diretriz recomendável aos municípios, justamente por reduzir atrasos e assegurar maior efetividade dos investimentos públicos. Trata-se, portanto, de medida alinhada às boas práticas de governança já recomendadas no Estado do Paraná.

Conclusão



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Diante do exposto, a inversão de fases (habilitação antes da proposta) mostra-se legal, adequada e necessária para este certame, em razão da natureza do objeto, da complexidade técnica envolvida e da busca pela segurança jurídica, celeridade, eficiência, economicidade e igualdade de condições, além de contribuir decisivamente para a redução de retrabalho, mitigação de litígios e inibição de empresas de fachada, em estrita observância ao art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e às boas práticas defendidas pela AMP.

Coronel Vivida, 01 de outubro de 2025.

Anderson Manique Barreto  
Prefeito

Carlos Lopes  
Secretário de Administração



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F169-DEB6-6E1D-71C4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS LOPES (CPF 717.XXX.XXX-49) em 01/10/2025 16:18:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDERSON MANIQUE BARRETO (CPF 967.XXX.XXX-91) em 01/10/2025 16:38:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvivida.1doc.com.br/verificacao/F169-DEB6-6E1D-71C4>